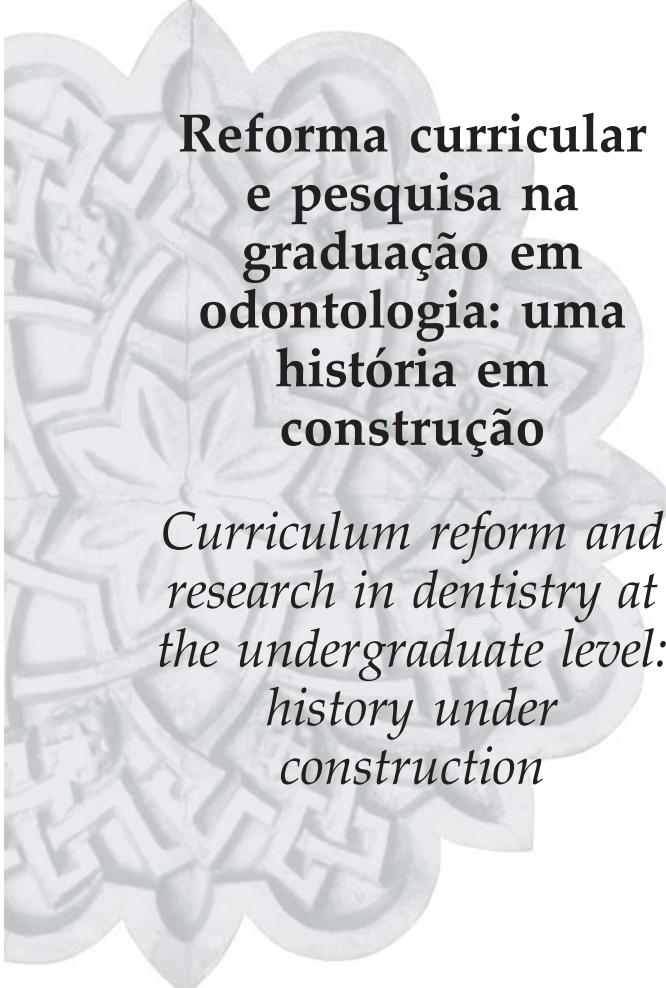


Ávila Maltagliati, Luciana; Goldenberg, Paulete
Reforma curricular e pesquisa na graduação em odontologia: uma história em construção
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 14, núm. 4, octubre-diciembre, 2007, pp. 1329-1340
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138029012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Reforma curricular e pesquisa na graduação em odontologia: uma história em construção

*Curriculum reform and
research in dentistry at
the undergraduate level:
history under
construction*

Luciana Ávila Maltagliati
lumaltagliati@uol.com.br

Paulete Goldenberg
pauletegolden@hotmail.com

Programa de Pós-graduação em Ensino
Superior em Ciências da Saúde
da Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo
Rua Salete 200, 4º andar, conj. 42
02016-001 São Paulo – SP – Brasil

MALTAGLIATI, Luciana Ávila;
GOLDENBERG, Paulete. Reforma curricular
e pesquisa na graduação em odontologia:
uma história em construção. *História,
Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro,
v.14, n.4, p.1329-1340, out.-dez. 2007.

Aborda a trajetória da pesquisa na graduação
em odontologia, no âmbito da organização
curricular. Com base em publicações
impressas e eletrônicas, nacionais e
internacionais, o estudo delimitou, como
marcos de periodização, a institucionalização
do ensino superior em odontologia, a
reforma universitária e a promulgação das
Diretrizes Curriculares. Constata-se a
preocupação com a pesquisa desde a criação
dos cursos superiores de odontologia, e que
sua instalação no âmbito da pós-graduação,
respaldada pela reforma universitária, indica
preocupação com a instrução científica na
graduação. Em anos recentes, as Diretrizes
Curriculares redimensionara o espaço da
pesquisa, preconizando alterações
curriculares abertas à possibilidade de sua
consideração como princípio educativo.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa e currículo;
currículo de odontologia; reforma curricular;
Brasil.

MALTAGLIATI, Luciana Ávila;
GOLDENBERG, Paulete. Curriculum reform
and research in dentistry at the undergraduate
level: history under construction. *História,
Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro,
v.14, n.4, p.1329-1340, Oct.-Dec. 2007.

*Approaching from the perspective of curriculum
organization, the article examines the
development of undergraduate research in
dentistry. Based on Brazilian and international
printed or electronic publications, the authors
examine the institutionalization of higher
education in dentistry, university reform, and the
enactment of Curriculum Guidelines. From the
earliest days of higher education in dentistry,
there has been a concern with research. But
Brazil's university reform assigned research to
graduate studies and scientific instruction to
undergraduate studies. In recent years,
Curriculum Guidelines have reconsidered the
position of research and have recommended
changes that allow research to be viewed as an
educational principle.*

KEYWORDS: research and curriculum; dentistry
curriculum; curriculum reform, Brazil.

As Diretrizes Curriculares, promulgadas em 2002, contemplam a revalorização da pesquisa no currículo de graduação. Incidindo num movimento de abertura à diversificação organizacional universitária, elas demarcam uma inflexão em relação ao modelo único de proposta de ensino acadêmico.

De acordo com Castanho (2000, p.88), muitos estão apostando na “mudança de velhas práticas, em um ensino que privilegie a produção do conhecimento por parte dos alunos”, o que implica uma revisão da ótica pedagógica. A propósito, Bertolami (2002) distingue pesquisa de instrução científica, ressaltando que a educação pela pesquisa constitui um caminho para alcançar o rigor intelectual necessário para a profissão. Segundo Demo (2005), essa forma de lidar com o conhecimento, formal e politicamente, nos leva a reconhecer a “pesquisa como princípio educativo” (p.78).

Para Edmunds (2005), a maioria dos currículos odontológicos não permite aos estudantes tempo suficiente para experiências substanciais em pesquisa, sendo necessário uma melhor estruturação das ciências básicas nos dois primeiros anos do curso, a fim de diminuir conteúdos redundantes.

Um novo modelo curricular norteado pela pesquisa, segundo Iacopino, Lynch e Taft (2004), deveria propiciar uma cultura institucional voltada para a valorização da descoberta científica e o estímulo à carreira de pesquisador. Citando exemplos da literatura, os autores referem que a organização curricular, nesses casos, envolveria condições de treinamento e exercício em pesquisa, numa estrutura modular, multi e interdisciplinar, integrando as ciências básicas e clínicas, de forma a significar, na formação do aluno, a realização de uma prática baseada em evidência.

Muito embora a literatura internacional odontológica revele sugestões curriculares voltadas para adaptações que remetem à prática da problematização, ou sugira currículos envolvendo transformações integrais, sob a denominação de PBL (*Problem Based Learning*), permanecem dúvidas, segundo Sursala et al. (2004), quanto à efetividade dessas metodologias para impulsionar os estudantes à produção científica. Ao discutir a formação dos profissionais em saúde, Batista et al. (abr. 2005) apontam, a propósito do dinamismo contemporâneo da reorganização e produção das ciências, para a “demanda de aprofundamento sobre teorias educacionais que respaldem os princípios da aprendizagem significativa, da função docente mediadora e da pesquisa como princípio educativo” (p.231).

Dante da história recente de implantação da pesquisa no país, questiona-se como se estruturam as propostas de sua inclusão no âmbito das reformas curriculares. Nesse sentido se inscreve nossa preocupação com a trajetória da pesquisa na graduação de odontologia, considerando as proposições legislativas e a amplitude que suas interpretações encerram.

Metodologia

Sem pretender realizar uma investigação histórica propriamente dita, o presente trabalho comportou um levantamento da cronologia de instalação e desenvolvimento do ensino superior de odontologia em São Paulo, paralelamente às mudanças das disposições legais, ressaltando-se a incorporação das atividades de pesquisa nas organizações curriculares.

Levando em conta as transformações do quadro geral de desenvolvimento da sociedade, ao lado da organização da categoria profissional, consideramos a relevância dos diferentes atores sociais envolvidos na incorporação da pesquisa ao ensino. Diante de tais disposições, utilizamos para efeito de periodização: a institucionalização do ensino superior em odontologia (1899), a reforma universitária (1968) e a promulgação das Diretrizes Curriculares para os cursos de odontologia (2002).

Ao traçar essa trajetória, recorremos a publicações impressas e eletrônicas. Ao lado dos livros disponibilizados, foram investigados o *Journal of Dental Education*, o *European Journal of Dental Education*, que são as revistas das associações americana e européia: *American Dental Education Association* e *European Association for Dental Education*, respectivamente e a *Revista da Abeno*, revista da Associação Associação Brasileira de Ensino Odontológico. Entre os sites visitados destacam-se: <http://naeg.prg.usp.br/infousp/usp/estatuto.phtml>, abeno.org.br; e <http://www.mec.gov.br>.

Resultados e discussão

Emergência do ensino acadêmico de odontologia

À época da regulamentação da profissão, em 1856 (Fernandes Neto, s.d.), os ‘práticos’ aprendiam seu ofício com o ‘mestre-artesão’ e atendiam aos segmentos menos favorecidos da população. A população mais abastada era assistida por dentistas com formação universitária, principalmente franceses ou nativos formados no exterior, que recebiam o título de cirurgião dentista da Casa Imperial (Carvalho, 1994).

Novas exigências sociais se impuseram no contexto político-econômico que se estruturou em torno da cultura do café e do desenvolvimento industrial nascente, entre o final do século XIX e o início do século XX. Nesse cenário, em 11 de fevereiro de 1899 fundou-se a primeira faculdade de odontologia do estado de São Paulo, de iniciativa privada – a Escola Livre de Farmácia e Odontologia –, a qual seria incorporada à Universidade de São Paulo na década de 1930 (Carvalho, 1994).

A criação da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas em 1906, voltada para a regulamentação da profissão, na luta da cate-

goria pelo monopólio do exercício profissional, afirmava sua identidade universitária. Esse processo acabou estimulando a expansão da rede privada de ensino e suscitando críticas quanto ao seu caráter mercantil (Lima, 1958, citado em Carvalho, 1994).

O relatório *Dental education in United States and Canadá* (Gies, 1926), tendo por referência a área médica, defendia a constituição de um curso independente que se inscrevia num movimento “contra a ignorância, a comercialização [do ensino] e o charlatanismo” (p.7). Acentuava a relação entre as duas áreas e o compromisso de ambas com a saúde pública, e preconizava a formação fundamentada na ciência, com adequado treinamento. Incluindo o ensino das áreas básicas, o curso de odontologia comportaria três anos de treinamento e um ano, opcional, de especialização, o que daria condições para o desenvolvimento tecnológico e científico da prática profissional.

No contexto do desenvolvimento econômico-industrial do país, sob o modelo de substituição de importações efetivou-se o esforço de revisão do percurso educacional. Segundo Zotti (2004, p.88), durante “o período de 1931 a 1937 se instaura um amplo debate político e educacional entre católicos, liberais e governistas sobre a direção que deveria ser dada à educação brasileira”. Em 14 de novembro de 1930, o decreto 19.402 instituiu o Ministério da Educação e Saúde Pública, e sob a gestão de Francisco Campos (1930-1932) definiram-se as diretrizes para a organização dos cursos superiores, sendo criado o Conselho Nacional da Educação.

O currículo do curso superior de odontologia vigente no ensino privado, com apenas dois anos de duração, era alvo de críticas não só pela ausência das ‘humanidades’, mas também pelas falhas na área das ‘ciências’ (Caiuby, fev.-mar. 1931, citado em Pace, 2001). Estruturaram-se, nessas circunstâncias, a proposta de inclusão de algumas disciplinas clínicas e de aumento da duração do curso. O decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, fixou em três anos a duração da graduação, exigindo o curso ginásial como requisito para ingresso; o decreto 20.179, de 6 de julho de 1931, definiu em tais bases o padrão mínimo do currículo odontológico, no Brasil (Fernandes Neto, s.d.).

Paralelamente às discussões a respeito do ensino superior na década de 1930, a categoria odontológica discutia a regulamentação da profissão, reafirmando o espaço do ensino universitário. Com o propósito de alcançar maior representatividade na esfera política, foi criado em 1934 o Sindicato Odontológico Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro. Esse Sindicato, “preocupado com a eleição de deputados que representassem a categoria, propunha a fundação de sindicatos odontológicos em todo o país” (Pace, 2001, p.61). Na seqüência desse movimento, o Sindicato dos Odontologistas de São Paulo seria fundado em março de 1937.

Em meio aos esforços de reorganização curricular do ensino superior no país, sintonizados com a inquietude em relação às aspirações nos campos da ciência e do desenvolvimento tecnológico, criou-se em 1934 a Universidade de São Paulo (USP). No contexto de exigências das elites paulistanas, marcadas pela reafirmação da autonomia do estado diante da intervenção federal, a instalação da USP representou um marco histórico e um salto qualitativo nos rumos do ensino odontológico, então centrado nas ciências básicas, nas humanidades e no desenvolvimento da pesquisa.

Norteados pela literatura pedagógica americana e por teorias elaboradas por diversos autores europeus, os pioneiros da Escola Nova buscaram superar as limitações da antiga tradição educacional de origem jesuítica e cunho enciclopédico, de influência francesa, no esforço de tornar o incipiente sistema educacional consistente com o novo contexto de desenvolvimento. Essas diretrizes, apoiadas nas idéias progressistas, embasariam a configuração do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), criado em 1938 (Moreira, 2003).

A crise do capitalismo, na primeira metade do século XX, culminaria com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e resultaria numa revisão do sistema produtivo e dos valores políticos e socioculturais das sociedades ditas ocidentais, sob a bandeira da democracia e dos valores de uma cultura de participação, ratificada pela aprovação da Carta de 1946. No plano político, em meio às manifestações de esgotamento do modelo de substituição de importações, a Constituição de 1946 ressalta o papel do Estado como agente de desenvolvimento, atuando, no plano do ensino, como "legislador das diretrizes e bases da educação nacional, cuja Lei seria aprovada, posteriormente, em 1961" (Zotti, 2004, p.95).

As novas disposições impulsionariam o movimento de expansão do ensino público em São Paulo, com a criação de institutos isolados de ensino superior, mantidos pelo governo do estado, que incorporaram as faculdades privadas de odontologia. Tais institutos seriam posteriormente incorporados, nas décadas seguintes, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

Diante do alvoroço do fim da guerra, vislumbrou-se no país a possibilidade de desenvolvimento de uma política de ciência e tecnologia (Motoyama, 2002). Em 1951 criou-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, um ano depois, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), como organismo regulador do ensino superior, particularmente relevante no que tange à implantação dos cursos de mestrado e doutorado nos anos seguintes, com o objetivo de promover pesquisa para a modernização do país.

A criação da Associação Brasileira do Ensino em Odontologia (Abeno), em 1956, marca uma fase importante para o ensino odontológico, uma vez que, graças à interação com a Capes e a convênios entre Brasil e Estados Unidos, mais adiante, a entidade viabilizaria a formação de mestres e doutores (Carvalho, 1994).

No âmbito dos cursos de graduação, a lei 4.024, de 1961, fixou o currículo mínimo do curso de odontologia. Com base no parecer 299/62, o Conselho Federal de Educação (CFE) traçou o perfil do cirurgião-dentista (dentista geral, policlínico, destinado à coletividade) e estabeleceu o novo currículo dividindo-o nos ciclos básico e profissional, cada um com duração de dois anos (Fernandes Neto, s.d.), o que coincidia com as recomendações do Dental Educational Council (Gies, 1926, p.118). O novo currículo, acima mencionado, foi aprovado em 16 de novembro de 1962.

A nova proposta curricular sustentava-se, de um lado, nas idéias desenvolvidas pelo Inep, basicamente ancoradas no pensamento progressista de dois autores americanos, Dewey e Kilpatrick. Influentes no cenário educacional brasileiro até o início da década de 1960, Dewey e Kilpatrick preconizavam o desenvolvimento do espírito científico num ambiente democrático de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, criadas as agências de fomento, a implantação da pesquisa no ensino superior passou a constituir o desafio a ser superado.

A reforma universitária

Em termos de qualidade da prática profissional no país, os avanços colocaram a odontologia em um patamar diferenciado no plano internacional, tendo sido a década de 1960, segundo Aldrovandi (1965, citado em Carvalho, 1994), marcada por grandes conquistas por parte da categoria odontológica, com a instituição, em 1964, do Conselho Federal de Odontologia e dos conselhos regionais (Pace, 2001).

O golpe militar de 1964, anunciando a remodelação da ordem industrial de produção, alimentada pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, impulsionou transformações substanciais em todo o panorama político, ideológico e educacional do país (Moreira, 2003). Como a educação era vista como importante recurso para o desenvolvimento, diversos programas de assistência educacional visando à modernização do ensino foram planejados e implementados em nosso país, contando com apoio internacional, entre eles a United States Agency for International Development (Usaid), Ford Foundation, Fulbright Foundation, Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Mundial e Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID). Nesse movimento inscreve-se o treinamento de educadores brasileiros no exterior, constituindo as bases para o desenvolvimento da pesquisa no país (Moreira, 2003).

Para Antonio Moreira (2003), a tendência tecnicista da formação profissional passou a prevalecer, em sintonia com o discurso de eficiência e modernização adotado pelos militares, embora o sistema educacional dos anos 60 não tivesse absorvido inteiramente essa ideologia. A preocupação principal era com a eficiência do processo pedagógico, “indispensável ao treinamento do capital humano do país” (p.83). O estudo do currículo passou a ter “uma abordagem direcionada para o como fazer”, sendo grande parte das discussões direcionada para a elaboração de grades curriculares, norteadas pela legislação (Santos, Oliveira, 2002). A propósito, Moreira (2003) defende que o empréstimo de modelos curriculares americanos trouxe implícita uma mistura freqüentemente inconsistente de idéias progressistas e tecnicistas, combinadas segundo as novas circunstâncias do país.

O movimento em curso diluía não só a ênfase às demandas sociais da tendência progressista, mas também as intenções emancipatórias das orientações críticas, incompatíveis com a doutrina da segurança nacional que passou a orientar as decisões governamentais. No plano acadêmico, movimentos discordantes das políticas nacionais acabam demarcando um período conturbado de reivindicações, que culminaria na Reforma Universitária de 1968.

Segundo Saviani (2003), a Reforma Universitária respondeu às aspirações da academia ao proclamar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolir a cátedra, instituir o regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior e consagrar a autonomia universitária, cujas características e atribuições foram então definidas e especificadas. A instituição do regime de créditos, da matrícula por disciplina, dos cursos de curta duração e da organização e racionalização da estrutura de funcionamento veio responder à demanda de grupos que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos do mercado e ao projeto político de modernização.

Foi em tal contexto que multiplicaram-se as instituições de ensino superior, algumas das quais implantaram com seriedade o ‘espírito universitário’ reivindicado pela academia, embora outras muitas não tenham assumido tal compromisso, em razão da compatibilização dos recursos disponíveis com os princípios que as regiam. Esses desdobramentos geraram protestos, datando dessa época a formação de grupos de estudo para elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao lado do empenho na preparação de pesquisadores.

Antônio Moreira Couceiro, presidente do CNPq de 1964 a 1970, endossava os interesses acadêmicos e empenhou-se em elaborar um plano, com intensa participação de pesquisadores brasileiros, com o objetivo de abrir, em 1968, vagas para cursos de mestrado e doutorado ou formação no exterior, quando não houvesse curso equiva-

lente no país. Couceiro acreditava que somente pela pós-graduação seria possível remodelar o ensino em ciências nas universidades brasileiras (Motoyama, 2002).

A introdução dos cursos de pós-graduação provocou um incremento da pesquisa em odontologia, embora o percentual de pesquisadores fosse relativamente pequeno em relação a outras áreas das ciências da saúde e biológicas, segundo os relatórios sobre ciência e tecnologia do país nos anos 90 (Carvalho, 2001).

A produção científica se circunscrevia, basicamente, aos cursos de pós-graduação, com incentivos para a iniciação científica dos graduandos. Tendo em vista a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, entendeu-se que caberia à universidade proporcionar o ensino de excelência, principalmente pelo fortalecimento do corpo docente, visando à formação do professor-pesquisador pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A adição das disciplinas de ciências sociais (sociologia, antropologia e psicologia), estudos de problemas brasileiros e metodologia científica ao currículo mínimo, além de atividades extramuros, significou um avanço na aproximação da universidade com a realidade social brasileira e a pesquisa, mas permaneceu a tendência ao ensino acadêmico, voltado para a formação técnico-profissional, sem alterar-se a estrutura curricular, o que ocorreria somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A pesquisa associada à sofisticação tecnológica se institucionalizava no reduto da pós-graduação *stricto sensu*. O distanciamento entre os cursos – pós-graduação e graduação – não só no âmbito da odontologia, mas nos cursos universitários em geral, acabaria conduzindo, entretanto, a um novo movimento de inflexão no sentido da expansão da atividade de pesquisa na graduação.

Propostas de alterações curriculares

No processo de redemocratização do país e sob a égide da Constituição de 1988 – que estabeleceu a saúde, assim como a educação, “um direito do cidadão e um dever do Estado” –, consolidou-se a Reforma Sanitária que culminaria com a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Cohn (2005), em nome do projeto de desenvolvimento nacional das décadas de 1960 e 1970, instituiu-se um sistema de proteção social sem maiores preocupações com a universalização do acesso. A partir dos anos 80, no bojo da redemocratização – quando saúde e educação passam a ser entendidas não como meio, mas como o fim do desenvolvimento – e em meio às dificuldades de implantação do processo de descentralização, ganham força a

mobilização da sociedade e a idéia de universalidade do acesso aos bens essenciais para a condição de cidadão.

O movimento de crítica à Reforma Universitária, particularmente em relação à expansão do ensino privado, atualiza o debate acerca do ‘espírito universitário’. Em meio à disputa por recursos financeiros associados à instalação da pós-graduação e à implementação da pesquisa, induz, entre outras medidas, a consideração do processo de avaliação institucional. Paralelamente às exigências no âmbito do trabalho, envolvendo novo perfil profissional perante a dinâmica da sociedade do conhecimento e da informação, potencializa-se o paradigma construtivista relativo ao processo de ensino-aprendizagem (Araujo, 2004). Ganha destaque a participação ativa do aluno, desde a graduação, no sentido de desenvolver a atitude de pesquisa e de autonomia crítica, tornando-se o professor um mediador. A despeito das controvérsias sempre presentes, tais proposições ganham abertura na institucionalização da LDB 9394/96 que, de acordo com Ceccon (2000, p.353), “estabelece as principais normas de estruturação do ensino brasileiro”.

A nova LDB extingue os currículos mínimos e institui as Diretrizes Curriculares (Brasil, 4 mar. 2002) para os cursos de graduação em geral e para a odontologia em particular, apontando para um quadro de mudanças que envolvem posturas teórico-metodológicas de ensino-aprendizagem com reflexo sobre a organização curricular. Diante dos constrangimentos institucionais e das dificuldades de implementação da lei, mas garantida a flexibilidade de sua execução, as faculdades buscam, mesmo que de forma discreta, projetos pedagógicos voltados para a formação de um profissional mais engajado com a ciência e com os problemas sociais.

Esse processo suscita o repensar sobre o ensino acadêmico e atualiza o caráter estratégico do planejamento curricular na intermediação de espaços de abrangência e de interesses diversos, no âmbito da política universitária. O currículo formal, mesmo não abarcando a complexidade da realidade processual, adquire fundamental relevância para que ocorram reformulações intencionais. O currículo sintônico com a pesquisa para o curso odontológico demandaria uma profunda reestruturação das faculdades brasileiras, de modo a:

- definir uma política de pesquisa institucional já para a graduação, garantindo condições para sua implementação;
- incentivar e preparar o corpo docente para a realização de pesquisa e de suas articulações com o ensino;
- estabelecer um projeto interdisciplinar capaz de garantir a vinculação da pesquisa ao ensino;
- flexibilizar a grade curricular, tendo em vista um ensino centrado no aluno;

- utilizar cenários de aprendizagem que insiram o aluno no atendimento odontológico em diferentes contextos sociais, rompendo com a divisão entre ciclo básico e profissionalizante.

A implementação de processos dessa ordem na graduação envolve transformações profundas, constituindo um desafio a ser equacionado em âmbito institucional – o que coloca em evidência a preocupação com a viabilidade e o alcance de incorporação de reformulações curriculares. Levando em conta as adaptações possíveis, no sentido de fazer valer a lei, propõe-se um leque de alternativas que abrangem desde a introdução da instrução científica até a organização curricular norteada pela pesquisa como princípio educativo.

Considerações finais

A pesquisa vinculada ao conhecimento científico emerge, no país, com o ensino universitário. Na odontologia, em particular, surge com a criação dos cursos superiores, paralelamente à organização da profissão. Articulada pelas associações representativas da categoria, configura-se, ao lado da afirmação de um campo de conhecimento, a defesa do monopólio da atuação profissional.

Esse movimento – aqui focalizado entre a virada do século XIX para o XX e o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial – configura a institucionalização de um currículo mínimo, composto pelos ciclos básico e profissionalizante, que subsidiaram a prática profissional fundamentada na formação tecnológica, cientificamente consubstanciada. No contexto desenvolvimentista que se segue, norteado por uma política de ciência e tecnologia em estruturação, instala-se a Reforma Universitária, que implantou, com base na pós-graduação, a disposição da produção de conhecimento científico no país. Com certa defasagem no tempo delineou-se finalmente a preocupação com a instrução científica no âmbito da graduação, sem alteração da estrutura curricular estabelecida.

A ampliação da rede do ensino superior, entre a Reforma Universitária e as vésperas da virada do século, não incorporou, em toda a sua extensão, a pós-graduação e o correspondente investimento em pesquisa institucional; tampouco as instituições privilegiaram o espaço da instrução científica na graduação. À entrada do século XXI, as Diretrizes Curriculares, ao lado das propostas de ampliação de acesso, recomendam novas proposições de ensino-aprendizagem, junto à valorização da pesquisa e da responsabilidade social. Afirmando a flexibilidade da organização do currículo, as novas propostas preconizam reformulações curriculares que, em consonância com novas abordagens pedagógicas, ressaltem, para além da instrução científica, a consideração do ensino pela pesquisa.

Considerando os esforços realizados para a implantação da pesquisa científica nas universidades brasileiras, propõe-se o desafio de viabilizar as novas propostas, levando em conta o legado da incompletude de sua instalação e o risco de não contemplar, efetivamente, a integralidade da formação científica no espaço da graduação.

REFERÊNCIAS

Atos normativos

Brasil	4 mar. 2002	Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em odontologia. <i>Diário Oficial da União</i> , , Brasília, Seção 1.
Brasil	20 dez. 1996	Lei ordinária 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Brasil	1988	Constituição da República Federativa do Brasil.
Brasil	28 nov. 1968	Lei ordinária 5.540. Fixa as normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
Brasil	20 dez. 1961	Lei 4.024. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.
Brasil	1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil.
Brasil	6 jul. 1931	Decreto 20.179. Dispõe sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos dos estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos do reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos.
Brasil	11 abr. 1931	Decreto 19.851. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados...
Brasil	14 nov. 1930	Decreto 19.402. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

Referências bibliográficas

Aldrovandi, Carlos 1965	O ensino e a pesquisa nas escolas de odontologia. <i>Revista da Faculdade de Odontologia de Araçatuba</i> , Araçatuba, v.1, n.1, p.93-105.
Araujo, Maria Ercília de 2004	<i>Educação superior em odontologia na perspectiva das políticas públicas de saúde</i> . Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Batista, Nildo et al. abr. 2005	O enfoque problematizador na formação de profissionais de saúde. <i>Revista Saúde Pública</i> , São Paulo, v.39, n.2, p.231-237.
Bertolami, Charles N. 2002	The role and importance of research and scholarship in dental education and practice. <i>Journal of Dental Education</i> , Washington (DC), v.66, n.8, p.918-924.
Caiuby, E.F. fev.-mar. 1931	Artífices e dentistas. <i>A Odontologia Moderna</i> , São Paulo, v.5, n.42, p.211-212.
Carvalho, Antonio César Perri de 2001	<i>Ensino de odontologia em tempos da LDB</i> . Canoas (RS): Ulbra.

- Carvalho, Antonio
César Perri de
1994
Panorama sobre o ensino e a prática da odontologia no estado de São Paulo.
São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior/USP.
- Castanho, Maria
Eugênia L.M.
2000
A criatividade na sala de aula universitária.
In: Veiga, Ilma P.A.; Castanho, Maria Eugênia L.M. (Org.).
Pedagogia universitária: a aula em foco. 3.ed. Campinas: Papirus. p.75-89.
- Ceccon, Maria Fernanda
2000
A odontologia em prova.
Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, São Paulo, v.54, n.5, p.353-362.
- Cohn, Amélia
2005
O SUS e o direito à saúde: universalização e focalização nas políticas de saúde. In: Lima, Nísia T. et al. (Org.). *Saúde e democracia: história e perspectiva do SUS*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p.385-405.
- Demo, Pedro
2005
Saber pensar.
Revista da Abeno, São Paulo, v.5, n.1, p.75-79.
- Edmunds, Ryan K.
2005
Strategies for making research more accessible to dental students.
Journal of Dental Education, Washington (DC), v.69, n.8, p.861-863.
- Fernandes Neto,
Alfredo Júlio
s.d.
A evolução dos cursos de odontologia no Brasil. *Abeno*, Brasília.
Disponível em: www.abeno.org.br/evol.htm. Acesso em: 16 maio 2003.
- Gies, William J.
1926
Dental education in the United States and Canada.
Stanford: Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching.
- Iacopino, Anthony M.;
Lynch, Dennis P.;
Taft, Thomas
2004
Preserving the pipeline: a model dental curriculum for research non-intensive institutions. *Journal of Dental Education*, Washington (DC), v.68, n.1, p.44-49.
- Lima, C.
1958
Cinqüenta anos de odontologia (1907-1957).
Porto Alegre: La Salle.
- Moreira, Antonio F.B.
2003
Curriculos e programas no Brasil.
10.ed. Campinas: Papirus.
- Motoyama, Shozo (Org.)
2002
50 anos de CNPq: contados pelos seus presidentes.
São Paulo: Fapesp.
- Oliveira, Maria Rita N.S.
2002
Confluências e divergências entre didática e currículo.
2.ed. Campinas: Papirus.
- Pace, Fernando Amadeo
2001
Esforço histórico do movimento sindical odontológico no estado de São Paulo.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Saviani, Dermerval
2003
A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.
8.ed. São Paulo: Autores Associados.
- Santos, Lucíola Licínio
de Castro P.; Oliveira,
Maria Rita N.S.
2002
Currículo e didática. In: Oliveira, Maria Rita N.S. (Org). *Confluências e divergências entre didática e currículo.* 2. ed. Campinas: Papirus.
- Sursala, Srinivas M. et al.
2004
Problem-based learning and research at the Harvard School of Dental Medicine: a ten-year follow-up. *Journal of Dental Education*, Washington (DC), v.68, n.1, p.1003-1009.
- Zotti, Solange A.
2004
Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980.
Campinas: Autores Associados.

Recebido para publicação em outubro de 2005.

Aprovado para publicação em maio de 2006.